

Cultura como Valor na Europa

Os fundamentos económicos necessitam de consistência criativa e inovadora. A cultura não pode ser vista como um luxo, mas como um fator essencial de desenvolvimento.

“Gato que me fitas com olhos de vida, quem tens lá no fundo?”

ÁLVARO DE CAMPOS

Quando em 1 de Junho de 2011 entrou em vigor a nova Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o valor do Património Cultural

na Sociedade Contemporânea, assinada em Faro a 27 de Outubro de 2005, consagrando um novo conceito, mais amplo e compreensivo, de património, já não centrado numa lógica retrospectiva, mas sim numa lógica dinâmica e de futuro, incorporando o património material e imaterial e a criação artística, a arqueologia, a arte e a vida, abriu-se um novo campo de reflexão, estudo e ação com repercussões indiscutíveis até no domínio económico. Com efeito, a crise que sofremos revela-nos que um longo ciclo de especulação financeira tem de dar lugar à ligação entre criação cultural, aprendizagem, ciência, inovação, preservação do meio ambiente e dos recursos naturais e desenvolvimento humano. Falar de «cultura contra a crise» não é, assim, uma figura de estilo, mas uma questão de sobrevivência. Os fundamentos económicos necessitam de consistência criativa e inovadora. A cultura não pode ser vista como um luxo, mas como um fator essencial de desenvolvimento. E não estamos a falar de jogos florais ou de exposições de crisântemos e de gerânios,



POR
Guilherme d'Oliveira Martins

Presidente do tribunal de contas. Membro do conselho editorial de Nova Cidadania

mas de saber de onde vimos, de aprender e de uma economia de e para as pessoas – ou seja, da cultura como criação. O valor da cultura envolve, assim, o património, a herança e a memória, as pedras mortas e as pedras vivas, os monumentos e as pessoas, bem como capacidade inovadora e transformadora. As políticas da cultura tornaram-se centrais. Deixou de fazer sentido a oposição entre conservação patrimonial e criação. Tem de haver equilíbrio entre as diferentes preocupações – com atenção permanente ao que herdamos e ao que legamos. Sem memória destruímos-nos, sem inovação entramos em decadência. Temos de preservar a língua e as tradições, enquanto devemos incentivar a modernidade e a vida. «As Viagens na Minha Terra» de Almeida Garrett mudaram radicalmente o nosso modo de dizer e de escrever – e, no entanto, permitiram também olhar

com olhos mais atentos para a herança histórica. A pintura de Amadeo de Sousa Cardoso foi incompreendida por alguns no seu tempo, mas hoje transmite de um modo muito expressivo a nossa própria identidade.

A criação artística está cheia de implicações contraditórias, complementares e paradoxais. Vivemo-la com especial sentido dramático quando Bernardo Sasseti nos deixou. Músico dotadíssimo, moderno e clássico, espírito desperto para o mundo que muda permanentemente – ansioso por captar os momentos fugazes da vida e da realidade que nos cerca, de um conjunto de sons irrepetível à imprevisível junção de elementos que nos permite usufruir um pôr-do-sol – é um exemplo dessa ligação incindível entre a herança e o legado futuro. E a juventude do intérprete deixou-nos um sentimento de perplexidade e de injustiça. A verdade é que temos presente essa sede de inesperado e de desassossego – que nos obriga a dizer que o património, a música, a arte, as letras, a língua, a imagem e a curiosidade não têm fronteiras.

Também nos deixou Carlos Fuentes, mexicano universal, um dos grandes romancistas contemporâneos. E que nos disse ele sobre a obra que mais o terá influenciado, «D. Quixote»? «Cervantes não obedecia a nenhuma das leis da época: misturou tudo, fazendo entrar na mesma narrativa o romance pastoral, o romance de cavalaria, o romance picaresco. Sempre o leio como se fosse a primeira vez. E digo para mim: ah! Isto ainda não tinha compreendido». Mutatis mutandis, Fuentes poderia ter afirmado o mesmo do nosso Fernão Mendes Pinto... De um modo magistral, no discurso proferido por Eduardo Lourenço na Culturgest, ao receber o Prémio Pessoa, o ensaísta disse, a propósito de Fernando Pessoa, ele mesmo, o essencial dessa ligação entre sonho e interpretação, entre mito e realidade: «Ter sonhado esses sonhos não libertou Pessoa da sua solidão e tristeza. A sua poesia só as inscreverá no céu literário onde as partilhamos de graça. Mas ajudou-nos a perceber, como ele, que somos puros mutantes, descolando para formas inéditas de vida, para viagens sem itinerário. Com Caeiro fingimos que somos eternos, com Campos regressamos dos impossíveis sonhos imperiais para a aventura labiríntica e im-

previsível do quotidiano moderno, com Reis, encolhemos os ombros diante do Destino, com “Mensagem” sonhamos com uma pátria de sonho para redimir a verdadeira». E, não por acaso, Eduardo Lourenço lembrou nessa mesma ocasião a memória de António Tabucchi, porque este fez da heteronímia pessoal uma chave da modernidade atual, percebendo, como muito poucos, que a diversidade é a representação da criatividade e da mudança, lugar múltiplo insuscetível de interpretações simplificadas, unilaterais ou redutoras. Mas o escritor de «Portugal como Destino» foi mais além, ao lembrar também Agustina Bessa-Luís, sempre atenta à emergência de contradições e paradoxos, vendo a vida pelo avesso, para poder compreendê-la como realidade apreensível sob prismas diversos, numa espécie de pluralidade onírica, que faz entrecruzar mitos e realidades.

O património cultural das construções é, assim, uma pequeníssima parte do todo interpretativo a que temos de atender. Não viu Ruben A., em «A Torre da Barbela» a nossa história como puro mito de sonhos sobrepostos? E no entanto aí está o melhor apego a um património vivo, que historicamente, se projeta em nós. Não poderia, assim, ser mais oportuna a realização em Portugal do «Congresso Europeu do Património», nos dias 29 de Maio a 2 de Junho, que culminou na cerimónia de entrega dos pré-

mios europeus nos claustros do Mosteiro dos Jerónimos a 1 de Junho. Tratou-se do mais importante evento anual europeu no campo da proteção e salvaguarda do património cultural, realizado pela primeira vez entre nós. Foi uma iniciativa da Europa Nostra e do Centro Nacional de Cultura, mobilizando meio milhar de participantes, entre os quais se encontram os principais protagonistas no campo da defesa do património cultural. A «Europa Nostra» representa 250 organizações não-governamentais, mais



O valor da cultura envolve o património, a herança e a memória, as pedras mortas e vivas, os monumentos e as pessoas, bem como capacidade inovadora e transformadora

de 1500 associados individuais em 50 países. É uma instituição privada pan-europeia, que, desde 1963, pugna pela defesa do património cultural em estreita articulação com a UNESCO, o Conselho da Europa e a União Europeia. Em Portugal tem diversos membros, contando com as mais prestigiadas organizações de defesa do património, sendo oficialmente representada pelo Centro Nacional de Cultura, graças ao prestígio e ao empenhamento de Helena Vaz da Silva.

Recordo o que Plácido Domingo disse no Mosteiro dos Jerónimos e no Convento de Mafra sobre a importância da cultura e da proteção e salvaguarda do património cultural. Para o presidente da «Europa Nostra», perante a crise, temos de assumir a emergência de pôr a defesa da cultura, da criação, do património e da memória, como primeiras prioridades da sociedade contemporânea. Por isso, o Congresso Europeu do Património da «Europa Nostra» considerou que precisamos de uma estratégia coordenada a partir da complementaridade entre iniciativas da sociedade civil, dos Estados e das organizações internacionais e supranacionais, que ponha a cultura no centro da sociedade. E Vasco Graça Moura salientou-o expressamente, também em Mafra, ligando cidadania ativa e proteção do património. Não está, porém, em causa uma lógica retrospectiva, mas sim o entendimento complexo e dinâmico da criação como elemento de coesão e de diferença. A cultura não é um luxo! A cultura não pode ser vista como algo de supérfluo. A cultura é a qualidade, a reflexão e o conhecimento de nós mesmos. Ao falarmos das novas gerações de direitos fundamentais; ao pormos a tónica no desenvolvimento humano e na eminente dignidade das pessoas; ao procurarmos superar uma visão de curto prazo centrada na ilusão financeira e na especulação das economias de casino; ao ligarmos património e criação contemporânea; ao vermos o património cultural como encruzilhada de referências materiais e imateriais, com ligação à paisagem, à natureza, ao meio ambiente e ao equilíbrio ecológico, bem como às artes (a música fantástica dos seis órgãos de Mafra, restaurados e premiados) e às línguas; ao articularmos memória, credibilidade e confiança; ao pormos em comum o património da humanidade e o património partilhado,



como fatores de paz, de pluralismo e de respeito mútuo («a Acrópole de Atenas não é grega, é de toda a humanidade», disse Plácido Domingo); ao considerarmos a defesa do património em risco ou ameaçado como tarefa urgente e de todos; ao entendermos a educação, a ciência e as artes como eixos essenciais de progresso; e ao apostarmos na exigência, no rigor e na grande qualidade como elementos criadores de valor – estaremos a abrir caminhos novos no sentido de um humanismo universalista.

A comissária europeia Androulla Vassiliou fez questão de afirmar que «uma Europa criativa» coloca a cultura no coração das políticas da União Europeia». Não se pense, porém, que se trata de uma afirmação de circunstância. Tem de ser mais do que isso. Os últimos acontecimentos mundiais, a incerteza económica, a falta de coragem política e de visão de futuro, a ausência de uma audaciosa coordenação de esforços, de vontades e de energias têm de dar lugar à valorização do triângulo educação, ciência e cultura, bem como à criação de valor orientada para a qualidade, elemento crucial que não pode nem deve ser esquecido. Lembramo-nos bem do que Italo Calvino propôs para o novo milénio: leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência. Ora, ao falarmos de património cultural e de cultura, numa perspetiva aberta e orientada para diante, temos de entender que a nossa relação positiva com esses valores permitirá que o património não seja puramente material, que a herança seja permanentemente enriquecida pela reciprocidade e que a memória seja um elemento de coesão, de confiança e de experiência e não motivo de divisão e de ressentimento. Helena Vaz da Silva, que foi homenageada em Lisboa, e que passará a inspirar o prémio europeu de jornalismo cultural pelo património afirmou: «a cultura é um instrumento de felicidade». De facto, como poderemos voltar a valorizar os ideais e os valores, se não partirmos da felicidade e do humanismo para o respeito mútuo contra a indiferença?

Hoje, presenciamos a invocação das identidades como motivo de fechamento e até de intolerância. O medo atrai o chauvinismo. A exclusão induz a fragmentação. Trata-se de não compreender que, sendo a conflitualidade algo de natural nas sociedades humanas, a su-

perioridade ética tem de corresponder ao equilíbrio democrático entre o que é próprio e o que é recebido de fora, em ligação com a capacidade inovadora da criação do novo e do diferente. A decadência é a sobrevalorização do pretérito sem consciência de que a inteligência é a melhor adaptação às novas circunstâncias. E se sabemos que a decadência é sempre o resultado de complexas e contraditórias influências (como se viu no «século de ouro» na Espanha do século XVII ou no «Apocalipse Alegre» de Viena no tempo de Robert Musil) não podemos esquecer que são a capacidade regeneradora e a ideia de metamorfose (de que tem falado Edgar Morin) que nos permitem a saída dos bloqueamentos e das pulsões supostamente purificadoras. A atual crise europeia é ditada pela incapacidade de compreender que só a coordenação genuína permitirá evitar o fracasso. Estamos como no dilema dos prisioneiros – não podemos aspirar ao cenário ideal, mas impõe-se a experiência inteligente para evitar o pior. As tentações fragmentárias, isolacionistas e protecionistas originam prejuízo para todos. A Europa corre o risco da irrelevância, com cada um a puxar para seu lado. A periferia e a mediocridade são características indesejáveis. Num país antigo, Portugal e os portugueses bem

sabem do que estamos a falar, ainda que nem sempre tenha sabido tirar as lições certas. Fala-se muito de exportar. Quem o diz tem razão, mas não toda. O certo é que precisamos de criatividade. A globalização precisa de complementaridades e de interdependências. Nunca há fluxos estáveis que não sejam biunívocos. A velha estratégia do transporte, que caracterizou a nossa economia durante séculos não suficiente. Antero de Quental, os seus amigos e António Sérgio disseram-no. De facto, precisamos de fixar riqueza, de criar uma procura estável, de ligar mobilidade e permanência. É por isso mesmo que o debate cultural, sobre a qualidade e a criação, está no centro das nossas preocupações históricas.

Durante a visita a Lisboa, na Embaixada de Espanha, o Príncipe das Astúrias fez questão de citar (e muito bem) Eduardo Lourenço – sobre o sonho de um futuro partilhado, neste «magma obscuro de heranças e ritos milenários». Precisamos, no fundo, diz o ensaísta, daquela «espécie de vontade de existir, de ter um destino, uma missão singular por ser então a do Ocidente inteiro, mas também o conhecimento do mundo que já tivemos quando, quase sós, fomos uma imagem antecipada de todos os futuros. Anacronismo? Se se quiser, mas futurante» («Nau de Ícaro», p.71).■

Temos presente essa sede de insperado e de desassossego – que nos obriga a dizer que o património, a música, a arte, as letras, a língua, a imagem e a curiosidade não têm fronteiras

